



MPMT
Ministério Público
do Estado de Mato Grosso

Centro de Apoio Operacional Criminal e do Controle Externo da
Atividade Policial

BOLETIM

INFORMATIVO



BOLETIM INFORMATIVO CRIMINAL

DEZEMBRO/2023



SUMÁRIO

- | | |
|--------------------------|-------------------------|
| ① NOVIDADES LEGISLATIVAS | ⑥ ARTIGOS E PUBLICAÇÕES |
| ② TRIBUNAIS SUPERIORES | ⑦ EVENTOS |
| ③ CONSELHOS NACIONAIS | ⑧ PAINEL DE MORTES |
| ④ NOTÍCIAS | ⑨ MATERIAL DE APOIO |
| ⑤ INFORMATIVOS | |

EQUIPE

Dr. Luiz Fernando Rossi Pipino – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial

Dr. Rodrigo Ribeiro Domingues – Promotor de Justiça e Coordenador Adjunto do CAO Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial

Natasha de Souza Ayesh – Assistente Ministerial

Patrycia Metelo Vecchiato – Auxiliar Ministerial

Luciano Luiz Barroso Ferreira Junior - Residente



1 - NOVIDADES LEGISLATIVAS

- PL 5738/2023 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para proibir progressão de pena aos condenados por crimes sexuais.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- PL 5712/2023 - Altera o art. 213 e o art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas cominadas aos crimes de estupro e de estupro de vulnerável.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- PL 5702/2023 - Altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940, para acrescentar majorante ao crime de roubo previsto no art. 157 do Código Penal.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- PL 5691/2023 - Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- PL 5677/2023 - Altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a violação de intimidade.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- PL 5456/2023 - Altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940, para aumentar a pena do crime de Associação Criminosa previsto no artigo 288 do Código Penal.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

2 - TRIBUNAIS SUPERIORES



Supremo Tribunal Justiça

- STJ autoriza leis distintas para progressão de pena por crime hediondo e comum.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Repetitivo vai definir se reincidência impede aplicação da insignificância no crime de descaminho.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Nova súmula impede consunção entre embriaguez ao volante e direção de veículo sem habilitação.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Colaboração premiada e acordo de leniência em debate no Entender Direito.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Defesa técnica prevalece sobre vontade do réu em conflito quanto a recurso excepcional, decide Sexta Turma.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Página de Repetitivos e IACs Anotados inclui julgado sobre uso da reincidência específica para segunda fase da dosimetria da pena.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

2 - TRIBUNAIS SUPERIORES



Supremo Tribunal Federal

- Polícia pode pedir compartilhamento de dados ao Coaf sem autorização judicial prévia, decide STF.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Supremo valida trechos da Lei de Organizações Criminosas.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- STF veda transformação de cargos de motorista e agente socioeducativo do Acre em policial penal.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- 1ª Turma: acordo de não persecução penal deve ser requerido antes da sentença.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Suspensa ação penal de réu que acompanhou audiência virtual, mas não foi interrogado por estar foragido.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Entenda decisão do STF que manteve ação contra homem acusado de furtar itens avaliados em 62 reais.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

3 - CONSELHOS NACIONAIS



Conselho Nacional do Ministério Público

- CNMP aprova nova regulamentação das atribuições do Ministério Público no controle externo da atividade policial.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Proposta regulamenta atividade do MP em investigações de morte, violência sexual, tortura, desaparecimento e outros crimes com intervenções dos órgãos de segurança pública.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- CNMP divulga painel com dados sobre mortes resultantes de intervenção policial.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- CNMP lança a Revista do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública – 2023.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Conselho Nacional do Ministério Público realiza workshop e lança manual para fomentar atuação do Ministério Público na cobrança da pena de multa.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- CNMP discute desafios e disseminação de boas práticas para o sistema prisional e a segurança pública do país.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

3 - CONSELHOS NACIONAIS



Conselho Nacional de Justiça

- Presidente do STF e do CNJ defende união das instituições no combate à violência e ao crime organizado.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Desembargador que concedeu prisão domiciliar a líder de facção criminosa é alvo de investigação.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Juiz das garantias é a pauta do Link CNJ.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Juiz recebe pena de censura por demora de cinco meses para libertar preso no Ceará.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Corregedoria Nacional instaura reclamação contra juiz que mandou prender mãe de vítima em audiência.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo: atuação de cartórios é tema de seminário.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

4 - NOTÍCIAS



- Justiça aceita pedido do MPCE e decreta prisão preventiva de delegado por atrapalhar investigações e manipular depoimentos de testemunhas.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- MPRJ realiza operação para prender integrantes de grupo que planejava ataques a escolas.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Procurador-geral preside reunião ordinária do GNCCRIM na Bahia.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- MPF defende revisão pelo Supremo de tese do STJ que resulta em pena mais leve para furtos ocorridos à noite.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- MPRJ participa de reunião na Alerj sobre reconhecimento fotográfico nas delegacias.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- MPF e AGU pedem prioridade no julgamento de ação que defende imprescritibilidade do crime de trabalho escravo.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

4 - NOTÍCIAS



- Restituição imediata e integral do bem furtado, por si só, não justifica o princípio da insignificância

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- STF admite validade de prova obtida com abertura de encomenda postada nos Correios.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Evento discute atuação dos cartórios no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- TRF-1: Perícia documental é dispensada após réu confessar falsificação.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- MPs e Defensorias Públicas firmam TAC com Unisuper para combater violência, tortura e discriminação no RS.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Prática de artes marciais justifica elevação da pena-base em crime de lesão corporal, define Sexta Turma.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

4 - NOTÍCIAS



- STJ cassa decisão do TJMG e determina fixação de danos morais coletivos contra condenados por crimes de organização criminosa e tráfico de drogas.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- MP fortalece negociação na área criminal com criação de Núcleo ANPP.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Ministro aplica concurso material e eleva pena de autor de ameaças a promotor.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- ANPP é tema de palestra do Ministério Público em Semana Jurídica.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Repetitivo vai definir se laudo toxicológico definitivo é indispensável para comprovar tráfico de drogas.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Ministério Público do Amazonas garante decisão judicial no STF sobre Inviolabilidade de Domicílio, reformando decisão do STJ.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

5 - INFORMATIVOS



Supremo Tribunal Federal

INFORMATIVO STF 1117/2023

Direito Penal

TEMA:

“Constitucionalidade de dispositivos da Lei 12.850/2013: necessidade de implementação de instrumentos processuais penais modernos no combate às organizações criminosas - ADI 5.567/DF”.

RESUMO:

Não viola o princípio constitucional da legalidade (CF/1988, art. 5º, II e XXXIX) a norma penal incriminadora do § 1º do art. 2º da Lei 12.850/2013, na qual apresentadas as condutas delituosas de “impedir” e de “embaraçar” a investigação de infração penal a envolver organização criminosa.

É possível a designação de membro do Ministério Público para acompanhar as investigações que envolvam policiais em crime de organização criminosa (Lei 12.850/2013, art. 2º, § 7º).

O § 14 do art. 4º da Lei 12.850/2013 deve ser interpretado no sentido de que o colaborador opta por deixar de exercer o direito fundamental ao silêncio, e não que renuncia à titularidade do direito fundamental.

ADI 5.567/DF, relator Ministro Alexandre de Moraes.
Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

5 - INFORMATIVOS



Supremo Tribunal Federal

INFORMATIVO STF 1117/2023

Direito Penal

TEMA:

“Tráfico de entorpecentes privilegiado: regime inicial aberto; substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e reincidência - PSV 139/DF”.

RESUMO:

É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006) e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP), observados os requisitos do art. 33, § 2º, ‘c’, e do art. 44, ambos do Código Penal.

No caso de condenação pelo crime de tráfico privilegiado (Lei 11.343/2006, art. 33, § 4º), o magistrado deve fixar o regime aberto para o cumprimento inicial da pena quando inexistirem circunstâncias judiciais desfavoráveis na primeira fase da dosimetria (CP/1940, art. 59), o réu não for reincidente (CP/1940, art. 33, § 2º, “c”) e a pena imposta não superar quatro anos. De igual modo, é obrigatória a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando observados os requisitos legais (CP/1940, art. 44).

PSV 139/DF, relator Ministro Presidente
Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

5 - INFORMATIVOS



Superior Tribunal de Justiça

INFORMATIVO STJ 796 - 28 DE NOVEMBRO DE 2023 Direito Penal

TEMA:

“Tráfico de drogas. Comprovação da materialidade. Laudo toxicológico definitivo. Ausência de assinatura. Mera irregularidade. Possibilidade excepcional de comprovação da materialidade do delito pela presença de outros elementos. Tema 1206.”.

RESUMO:

A simples falta de assinatura do perito encarregado pela lavratura do laudo toxicológico definitivo constitui mera irregularidade e não tem o condão de anular a prova pericial na hipótese de existirem outros elementos que comprovem a sua autenticidade, notadamente quando o expert estiver devidamente identificado e for constatada a existência de substância ilícita.

REsp 2.048.422-MG, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior.

REsp 2.048.645-MG, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior.

REsp 2.048.440-MG, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

5 - INFORMATIVOS



Superior Tribunal de Justiça

INFORMATIVO STJ 796 - 28 DE NOVEMBRO DE 2023 Direito Penal

TEMA:

“Tráfico de drogas. Entorpecentes encontrados nas bagagens de passageiros do ônibus vistoriadas pela Polícia Rodoviária Federal, em fiscalização de rotina. Inspeção de segurança que não se confunde com busca pessoal (natureza processual penal). Fiscalização de natureza administrativa. Legítimo exercício do poder de polícia. Lícitude das provas obtidas.”.

RESUMO:

A inspeção de segurança nas bagagens dos passageiros de ônibus, em fiscalização de rotina realizada pela Polícia Rodoviária Federal, tem natureza administrativa e prescinde de fundada suspeita.

HC 625.274-SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma
Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).



5 - INFORMATIVOS



Superior Tribunal de Justiça

INFORMATIVO STJ 795 - 21 DE NOVEMBRO DE 2023 Direito Penal

TEMA:

“Acordo de não persecução penal. Descumprimento das condições impostas. Intimação do investigado para justificar o descumprimento das condições que ele aceitou em audiência. Inexistência de previsão legal. Revogação do benefício”.

RESUMO:

A revogação do acordo de não persecução penal não exige que o investigado seja intimado para justificar o descumprimento das condições impostas na avença.

AgRg no HC 809.639-GO, Rel. Ministro Jesuíno Rissato
(Desembargador convocado do TJDFT), Sexta Turma
Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).



6 - ARTIGOS E PUBLICAÇÕES



Punir Como Standard de Direitos Humanos: Centralidade de Proteção das Vítimas no Direito Internacional dos Direitos Humanos e no Processo Penal Brasileiro

Área do Direito: Internacional; Penal; Direitos Humanos

Resumo: O ensaio versa a relação existente entre vítima e processo penal à luz das garantias internacionais de direitos humanos reconhecidas pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos e pela jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O estudo compreende a vítima como uma atriz central no sistema nacional de justiça cujos direitos não de ser reconhecidos pelo Estado com proeminência, sem deixar de lado os direitos de acusados e réus. A investigação demonstra que a jurisprudência pacífica da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobretudo nos casos envolvendo o Brasil, é no sentido de atribuir à vítima projeção central e direcionada à responsabilização dos Estados pela falta de diligência em punir os responsáveis pelo cometimento de crimes. O estudo conclui que punir é um standard de direitos humanos reconhecido pelo sistema interamericano de direitos humanos, cuja observância na órbita jurídica interna é imperativa.

Palavras-chave: Vítimas – Proteção integral – Obrigações positivas do Estado – Sistema interamericano de direitos humanos – Controle de convencionalidade

Leia o artigo completo [clcando aqui](#).

Autores:

Dr. Valerio de Oliveira Mazzuoli

Dr. Antonio Sergio Cordeiro Piedade

6 - ARTIGOS E PUBLICAÇÕES



Mandados de Criminalização no Direito Internacional dos Direitos Humanos: Novos Paradigmas da Proteção das Vítimas de Violações de Direitos Humanos

Área do Direito: Internacional; Penal

Resumo: O direito internacional dos direitos humanos estabeleceu mandados expressos e implícitos de criminalização de condutas violadoras de direitos humanos. Essas ordens aos Estados exigem atividade interna de tipificação e também de investigação e persecução criminal dos autores de violações de direitos humanos. No Brasil, após a EC 45/2004, esses mandados de criminalização internacionais possuem agora dignidade constitucional tendo em vista o novo art. 5.º, § 3.º, da CF/1988 (LGL\1988\3).

Palavras-chave: Mandado de criminalização - Direito internacional - Direitos humanos - Impunidade - Crimes - Tortura - Violência contra a mulher - Discriminação - Genocídio.

Leia o artigo completo [clikando aqui](#).

Autores:

Dr. André de Carvalho Ramos



7 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO GNCCRIM NA BAHIA

O Grupo Nacional dos Coordenadores de Centros de Apoio Operacional Criminal (GNCCRIM) realizou uma reunião ordinária, presidida pelo procurador-geral de Justiça, Danilo Lovisaro do Nascimento, acompanhado da promotora de Justiça Aretuza de Almeida, coordenadora do Caop Criminal do MPAC. Esta foi a quarta reunião sob a presidência do procurador-geral de Justiça do MP acreano, que assumiu a coordenação do grupo em março deste ano.

A reunião ocorreu em 29 e 30 de novembro, em Salvador, na Bahia, em formato híbrido, e contou com a presença do presidente do Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado (GNCOOC), procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Mario Sarrubbo.

Esteve presente na reunião o Promotor de Justiça e Coordenador Adjunto do Centro de Apoio Operacional Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial, o Dr. Rodrigo Ribeiro Domingues, representando o respectivo centro de apoio do Ministério Público de Mato Grosso.

O encontro promoveu debates entre os integrantes do GNCCRIM sobre temas relacionados ao aprimoramento e uniformidade da atuação do Ministério Público brasileiro na área Criminal.

Entre as pautas, destacaram-se a implementação da figura do Juiz de Garantias e a Política Antimanicomial do Poder Judiciário, instituída na Resolução 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Fonte: MPAC



7 – ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

O evento foi realizado no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público e contou com a presença de especialistas e diversos membros de renome do Ministério Público, recebidos para tratar de assuntos de vanguarda nas três áreas temáticas de atuação da comissão.

O encontro teve como objetivo induzir e disseminar práticas para o aprimoramento da segurança pública e do sistema prisional, capazes de contribuir para a transformação do ambiente carcerário e para a redução da criminalidade e da violência no Brasil.

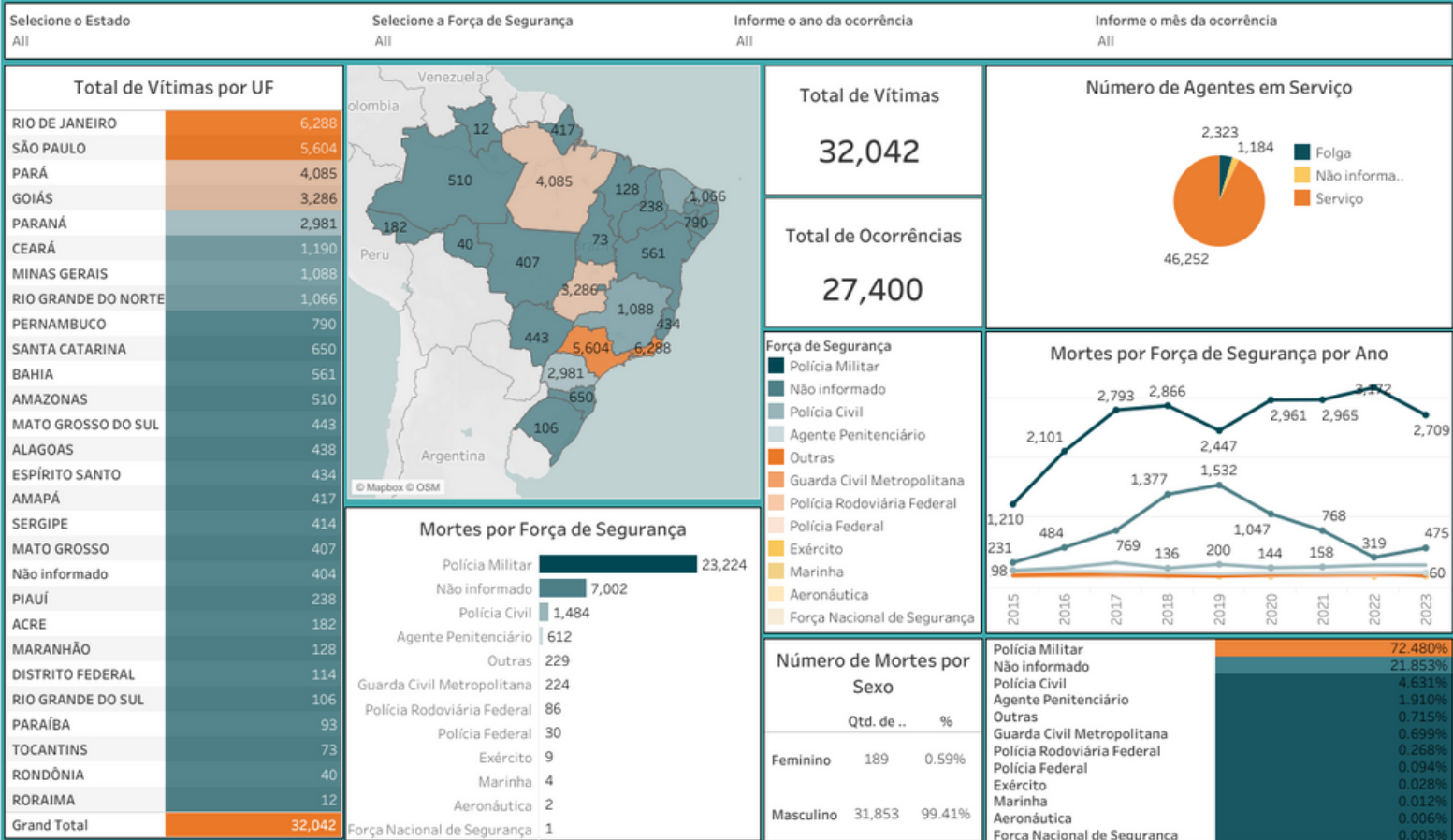
No encerramento, o encontro contou com espaço para o reconhecimento das boas práticas, com a solenidade de entrega dos troféus e certificados do Banco de Boas Práticas da CSP, uma iniciativa que destaca os esforços inovadores e eficazes na área.

CONTROLE EXTERNO DA INVESTIGAÇÃO DE MORTES DECORRENTES DE INTERVENÇÃO POLICIAL

Panorama da Resolução CNMP nº 129/2015

Informações Gerais

Informações por Unidade



8 – PAINEL NACIONAL COM DADOS SOBRE MORTES RESULTANTES DE INTERVENÇÃO POLICIAL

A resolução nº 129, de 22 de setembro de 2015, do Conselho Nacional do Ministério Público, estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial.

Em cumprimento às atribuições estipuladas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a equipe do Centro de Apoio Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial, realiza o levantamento, acompanhamento e fomento do Sistema de registro de Mortes Decorrentes da Intervenção Policial - SRMIP, atualizando diariamente as comunicações de óbitos ocorridas no estado provenientes da intervenção policial.

Nos dias 29 e 30 de novembro, foi lançado no “Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública”, o painel nacional apresentando resultados de mortes decorrente de ações policiais cadastradas e monitoradas pelo Centro de Apoio Operacional Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial no âmbito desse *parquet*.

Para ter acesso ao Painel “Panorama da Resolução CNMP nº 129/2015, [clique aqui](#).

9 - MATERIAL DE APOIO

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA



O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados. Além disso, produz conhecimento, incentiva a avaliação de políticas públicas e promove o debate de novos temas na agenda do setor. Trata-se do mais amplo retrato da segurança pública brasileira.

Para ter acesso ao Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, [clique aqui](#)



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

